

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 08 de junho de 2001

Ano 3 Nº 61

Lançados o 2º Seminário Estadual e o informativo sobre transgênicos

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, a Assembleia promoveu o lançamento do 2º Seminário Estadual dos Transgênicos, que será realizado nos dias 1º e 2 de outubro no Centrosul, em Florianópolis, e o informativo sobre transgênicos, destinado aos alunos de 1º grau da rede pública e outras instituições do Estado.

O presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu a reunião comunicando que o Governador sancionou em janeiro a Lei 11.700, que proíbe o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados no Estado, e a promulgação na Assembleia da Lei 11.403, que dispõe sobre pesquisas na área de biotecnologia e engenharia genética, e da Lei 11.643 criando o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança.

Rubens Nodari, da UFSC, disse que o seminário vai esclarecer o que são os transgênicos, impactos, questões éticas, legislação brasileira, agricultura familiar e visão do consumidor e produtor rural. Citando casos de contaminação por milho transgênico nos EUA, que juntamente com o Canadá e a Argentina são responsáveis por 98% da área plantada



Deputado Agostini abre os trabalhos

(foto Solon Soares)

destes organismos, o pesquisador salientou que Santa Catarina está discutindo o tema em alto nível e que o Fórum Estadual dos Transgênicos, gerido na Assembleia, terá um papel fundamental na elaboração do 2º Seminário Estadual.

O promotor Fábio Trajano, do Ministério Público, declarou que, enquanto a ciência não responder as questões sobre os prejuízos à saúde causados pelos transgênicos, deve-se pregar contra o consumo e a pesquisa destes organismos geneticamente modificados. Informou que foram descobertas lavouras de soja com produtos transgênicos em Chapecó e Abelardo Luz, quando o MP assinou um ajustamento de conduta com os donos da terra há 40 dias, e os produtos foram levados a exame pelo Idec e Greenpeace a um laboratório na Suíça e à Universidade Federal de Viçosa (MG).

Já Dionísio Lemos, presidente da Epagri, relatou que o Executivo envia à Assembleia nos próximos dias projeto de lei que proíbe o uso e disciplina a pesquisa e rotulagem dos transgênicos, o que vai

impedir que os catarinenses consumam produtos industrializados e importados que contenham transgênicos na sua composição.

O coordenador do Fórum, Idelvino Furlanetto, conclamou seus pares para a reunião que acontece às quintas-feiras, às 14 horas, na Sala das Comissões. "Temos muito trabalho para organizar o seminário em outubro".

Falaram também sobre o tema os deputados Ronaldo Benedet (PMDB), Jaime Duarte (PPS), Gelson Sorgato (PMDB) e a deputada Ideli Salvatti (PT). Entre as organizações não-governamentais presentes estavam a Associação de Donas de Casa de Tubarão e o Fórum Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor.

Comissão de Saúde discute degradação ambiental

Página 4

Depoimentos na CPI confirmam sonegação

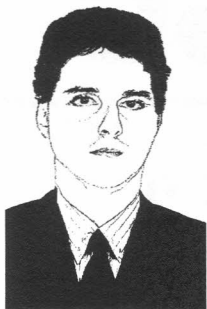
Página 5

Deputados buscam parceria comercial com o Chile

Página 8

OPINIÃO

Ação social no campo



Um dos seis maiores produtores de alimentos no País, Santa Catarina detém invejável estrutura fundiária baseada na agricultura familiar, em que os componentes da família são diretamente envolvidos no trabalho, com pouca contratação de mão-de-obra.

Da sua população de mais de 5 milhões 330 mil habitantes, 21% vivem no campo, em cerca de 203 mil propriedades rurais onde a agricultura familiar corresponde a 92% do total e é a principal responsável pela grande produção agrícola, pecuária e pesqueira.

Mas há óbices. Há 10 anos eram 245 mil famílias ocupadas com agricultura. O êxodo rural reduziu o número para não mais que 180 mil famílias, produzindo problemas tanto no campo quanto nas cidades que incharam, subiram os morros e geram exclusão.

Hoje não há segmento mais carente de políticas públicas do que os agricultores da pequena agricultura, aos quais se somam, em vilas de pesca que escasseiam nos seus 561,4 quilômetros de costa oceânica, os

pescadores remanescentes da densa corrida urbana.

Está na hora de pensarmos na ameaça que ronda o Estado produtor de aves, suínos, cebola, arroz, banana, batata, feijão, milho, peixe e outros produtos. Quem melhor sintetiza esse risco é o próprio agricultor, ao repetir que "se o campo não planta a cidade não janta". O governo estadual faz sua parte, busca manter - oferecendo oportunidades de ganho para o agricultor - o modelo de divisão da propriedade rural. Toca o crédito fundiário com a política do Banco da Terra e o Programa de Reflorestamento e Renda Mínima.

Mas é preciso mais: que o governo federal adote políticas públicas adequadas para estancar o êxodo e manter no campo o trabalhador rural, especialmente seus filhos, levando em conta interesses humanos, financeiros e ecológicos de comunidades pouco assistidas. A necessidade, acreditamos, é de fórmula de desenvolvimento sustentável que se ajuste ao modelo da agricultura familiar e consulte os interesses da cidade. Todos sabemos que a ação social mais relevante é o alimento e desta ótica não podemos nos afastar.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL)

Albertina: Um exemplo para a juventude!



O bispo da Diocese de Tubarão, Dom Hilário Moser, e o padre Sérgio Geremias, indicado pelo Vaticano como postulador, têm empreendido um grande esforço para acelerar o processo de beatificação da serva de Deus, Albertina Berkenbrock, assassinada aos 12 anos de idade na data de 15 de junho de 1931 na comunidade de São Luiz, município de Imaruê. A jovem se negou a ceder ao assédio sexual de um agregado da família, de nome Indalácio Cipriano Martins, conhecido por "Maneco Palhoça", e acabou degolada com

um canivete. Segundo relato do próprio "Maneco", Albertina foi atacada quando estava num campo a procura de um boi fugitivo. Ao deparar-se com o assassino, carregando feijão numa carroça, e ao indagar-lhe sobre o animal, foi induzida a seguir uma trilha. Era uma cilada, e ela, inocentemente, caiu!

Transcrevo um trecho do livro escrito por Dom Hilário Moser, que retrata o episódio. "Chegara o momento supremo! Maneco lhe propõe seus intentos. Albertina, decidida, não aceita. Sabe o que é o pecado e o recusa peremptoriamente. Começa então a tentativa do assassino de se apossar de Albertina, mas ela não se deixa subjugar. A menina é forte. Aos pontapés, quase derruba o assassino. A luta é longa e terrível. Ela não cede. Derrubada, por fim, ao chão, agora está toda nas mãos do agressor. Ainda assim, defende-se, agarra seu vestido e se cobre o mais que pode. "Maneco", derrotado moralmente pela menina, vinga-se, agarra-a pelos cabelos, afunda o canivete no pescoço e a

degola. Está morta Albertina! Seu corpo está manchado de sangue... Sua pureza e virgindade, porém, estão intactas".

Como se observa, Albertina morreu porque disse um *não* ao assassino. Ou seja, preferiu perder a vida do que perder uma das coisas que mais honrava a mulher daquela época: a virgindade. E foi, justamente essa luta pela honra que despertou em mim o sentimento que gostaria que todos sentissem: a importância de defendermos os valores da moral e do caráter.

Num momento em que se observa a perda de tantos destes valores por parte da juventude e também de nós, adultos, é fundamental que se traga à tona a luta desta menina e as razões que a levaram a entregar sua própria vida. Mesmo sem querer fazer apologia da virgindade, é inevitável alertar sobre o que levou Albertina Berkenbrock a se transformar numa mártir com apenas 12 anos de idade. Está bem claro que ela não morreu, só porque encontrou um "brutamontes" pela frente, mas sim, porque defendeu sua virgindade, que era o maior princípio de dignidade da mulher na época.

É por essa razão que, longe de pretender me transformar num guardião dos bons costumes, preza-me, como homem público, poder incitar os jovens de hoje a terem Albertina e sua história, como referência na hora de dizer um Não! a tudo aquilo que descaracteriza a moral e o caráter, degenerando famílias e colocando a sociedade sob o julgo da vergonha.

(*Albertina Berkembrock, "in memoriam", foi indicada pelo deputado Ponticelli para receber a Medalha de Mérito Antonieta de Barros no próximo dia 11 de julho, em Sessão Solene da Alesc.*)

Deputado Joares Ponticelli (Líder do Governo)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos

assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Itapema expõe sua cultura na Assembléia

Em continuidade ao programa *Retratos de Santa Catarina*, o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu nesta terça-feira (5) um evento cultural em homenagem à arte, cultura e tradições de Itapema, situada no litoral catarinense. A mostra ficará no hall do Legislativo até esta sexta-feira.

Terceiro município a expor sua produção, Itapema apresenta obras de arte de artistas locais que inclui telas, esculturas de resina, fibra, raízes e peças em cerâmica. O artesanato rico e diversificado mantém viva a cultura açoriana e retrata as novas culturas – alemã, italiana e francesa, entre



(foto Solon Soares)

Público prestigia homenagem a Itapema

outras, integradas ao contexto da cidade.

Além das peças decorativas, foram apresentados produtos gastronômicos da

região como licores, geléias, conservas e queijos, elaborados artesanalmente na área rural.

Quem prestigiou a abertura da mostra pôde saborear delícias a base de frutos do mar e conferir a apresentação dos corais “Vozes de Itapema” (adulto) e “Grupo Vivaz” (infantil).

A partir de 11 de junho será a vez de Pinheiro Preto mostrar, na Capital, suas potencialidades, que inclui embutidos, fruticultura e vinhos. Degustação e aulas sobre como identificar e saborear um bom

vinho darão um toque especial à mostra deste município, localizado às margens do rio do Peixe, no Meio Oeste catarinense.

Agostini recebe homenagem em Curitiba

Em sessão solene, nesta quinta-feira (7), na Câmara Municipal de Curitiba, o presidente Onofre Agostini (PFL) foi homenageado com o título de Cidadão Honorário. A outorga foi proposta pelas bancadas do PFL, PPB e PMDB e segundo o presidente da Câmara, Paulo Roberto Halla (PFL), “nada mais justo que honrar um catarinense de coração, integrado na história do município pelos trabalhos prestados durante sua vida pública”, justificou em seu discurso.

Agostini é natural de Vacaria no Rio Grande do Sul. As novas oportunidades que se abriam no Estado fez com que sua família migrasse para Curitiba, onde passou sua infância. Foi eleito prefeito em 1971 e 16 anos depois deputado estadual.

Entre suas principais iniciativas destacam-se a criação da Faculdade de Curitiba, atual universidade; a construção de ginásios de esporte, a criação da 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e a manutenção do Hospital Regional Hélio dos Anjos Ortiz. Além disso, se integrou ao movimento pela construção da penitenciária regional e implantou a Feira do Terneiro, como centro de comercialização da atividade agropecuária. Na área dos transportes,



(foto Jonas Lemos Campos)

obteve a pavimentação asfáltica da SC-458, que liga Curitiba a Lebon Régis. Na área político-administrativa auxiliou os distritos que lutavam por sua emancipação e que são hoje os municípios de Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul.

ZPF para todo o Estado

A extensão da Zona de Processamento de Produtos Florestais a todos os municípios produtores de madeira do Estado está sendo proposta pelo Presidente da Assembléia em projeto de lei apresentado esta semana. Atualmente, apenas 76 municípios são beneficiados com a lei que prevê incentivo fiscal através da incidência de alíquota diferenciada, reduzindo o ICMS de 17% para 7% àqueles que produzem madeira.

Segundo Agostini “a inserção de somente alguns municípios na ZPF gera desigualdade em relação a outros que também produzem madeira e não usufruem do benefício legal”. Ele justifica que a extensão da ZPF resultará em aumento significativo na arrecadação de ICMS, com maior oferta de empregos e fortalecimento das condições de competitividade, estimulando o crescimento de todo o Estado.

Requalificação profissional

O deputado Onofre Agostini está empenhado em oferecer treinamentos necessários aos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, através da Internet, em parceria com o Sine. O objetivo principal desta requalificação profissional é buscar novas alternativas técnicas e culturais para todos os municípios catarinenses. Cerca de 5 mil pessoas estarão envolvidas neste mutirão pela qualidade no serviço público.

MEIO AMBIENTE

Alternativas para a degradação ambiental

A poluição por dejetos suínos e metais pesados nos rios e bacias, bem como a devastação da Mata Atlântica, são apontadas como os principais crimes ambientais em Santa Catarina.

(fotos Jonas Lemos Campos)

Temas como a poluição por dejetos de suínos, a conservação da mata atlântica, fontes poluidoras da bacia do rio Tubarão e recuperação de áreas degradadas da região carbonífera foram abordados por especialistas na audiência pública sobre meio ambiente, realizada durante esta segunda-feira (4) no Plenário.

A iniciativa do debate partiu da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), e foi organizada em conjunto com a organização não-governamental *Cidadão 21*. Segundo Benedet, o objetivo da audiência é aprofundar reflexões sobre a degradação ambiental no Estado e buscar soluções e para isto a Comissão vai elaborar, a partir desta discussão, um documento propondo alternativas para minimizar os impactos causados à água, ao solo e ao ar.

O engenheiro agrônomo Hugo Gosmann, da Embrapa de Concórdia, condenou o descaso com os dejetos suínos no Estado e afirmou que os 40 mil metros cúbicos produzidos diariamente podem ter aplicações na adubação orgânica de florestas, árvores frutíferas e lavouras. O pesquisador falou do aproveitamento dos dejetos na alimentação de bovinos e peixes, assim como na utilização diária de 1,6 milhão de metros cúbicos de biogás, energia capaz de suprir 100 mil residências.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina, João de Deus Medeiros, considera tecnicamente impossível recuperar todo o ecossistema das áreas que estão sendo devastadas da Mata Atlântica. "Mesmo porque muitas espécies já foram destruídas sem que ao menos tivessem sido descobertas",



Deputado Benedet



Mesa dos trabalhos

lamentava. Na opinião do professor, que abordou os problemas da devastação da Mata desde o período colonial, existem políticas adequadas de recuperação. No entanto, essas políticas precisam ser aplicadas com urgência. "Mesmo com a nova regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) referente à preservação das matas brasileiras, o resultado não tem sido eficiente", falou.

Por outro lado, com relação à poluição dos recursos hídricos na bacia do Rio Tubarão, o professor Ismael Bortoluzzi,

da Unisul, defendeu uma parceria maior entre os órgãos responsáveis pela fiscalização no monitoramento da bacia. Segundo ele, o impacto causado poderia ser menor se houvesse reciclagem do lixo por parte das administrações municipais.

Já a situação da região carbonífera do Estado também não é das melhores, de acordo com os dados apresentados pelo professor Carlyle Torres de Menezes da Unesc. Pelo menos 5 mil hectares de áreas já foram degradadas na região sul por conta da extração de carvão, enquanto 2/3 dos lagos também foram afetados. Diante do quadro de destruição, Carlyle Torres reivindicou o fortalecimento da fiscalização através da integração da Fatma com o Ibama.

Dia Estadual de Limpeza das Nascentes

Buscando alertar a população para a preservação das águas, matas ciliares e a vegetação nativa que estão sendo degradadas, o deputado César Souza (PFL) apresentou projeto de lei que institui o dia 5 de junho como *Dia Estadual*

de Limpeza das Nascentes dos Rios, Córregos e Lagos.

A data deverá constar no calendário oficial do Estado, ficando a cargo da Secretaria do Meio Ambiente a programação dos eventos, bem como a conscientização e divulgação da lei.

COMISSÕES

CPE da Segurança define ações

Os membros da Comissão Parlamentar Externa que trata do problema da segurança em Criciúma e região aprovaram nesta terça-feira (5) o envio de um pedido de informação à Secretaria de Segurança Pública solicitando o número de efetivos naquela região. Os parlamentares querem saber quantos policiais estão vinculados à área de trânsito, quantos estão no combate ao crime e quantos estão à disposição de outros órgãos. Decidiram convidar o secretário de Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro, e o comandante da Polícia Militar, Walmor Backes, para discutirem quais as maiores causas e as dificuldades enfrentados pelas polícias civis e militares.

Um encontro na Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (Unesc) e na Câmara de Vereadores de Criciúma também fazem parte das próximas ações da CPE. Fazem parte da CPE os deputados Ronaldo Benedet (PMDB), presidente da Comissão, Júlio Garcia (PFL), Valmir Comin (PPB) e José Paulo Serafim (PT).



Deputados membros da CPE

(foto Jonas Lemos Campos)

Taxa de inspeção sanitária animal

(foto Jonas Lemos Campos)



O Plenarinho da Assembleia recebeu representantes de setores ligados à agropecuária para a audiência pública requerida pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PFL). Membros da Comissão e participantes do encontro debateram o Projeto de Lei governamental 328/00, que dispõe sobre a taxa de inspeção sanitária animal.

O governo propõe a criação dessa taxa para a manutenção do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa), criado no ano passado e que somente será utilizado caso o Estado registre focos de febre aftosa ou de outras doenças infecto-contagiosas. Os re-

ursos serão aplicados principalmente na indenização pelo abate sanitário e sacrifício de animais atingidos ou suspeitos dessas doenças.

Para Salvaro, o projeto é confuso, pois estão sendo analisadas duas taxas, uma do governo e outra de autoria do deputado Reno Caramori (PPB). "A taxa é para manter um fundo previdenciário que vai proteger o produtor diante da ocorrência de aftosa", declarou. Para o parlamentar, o Fundesa deve ser mantido pelos produtores e não pelo governo.

Diante do impasse, nova audiência pública será marcada com a presença do secretário Odacir Zonta.

CPI da Sonegação Fiscal

Três depoimentos movimentaram, durante esta semana, a CPI que investiga esquemas de sonegação fiscal em Santa Catarina, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT). O ex-gerente da Fiscalização da Fazenda em Florianópolis, Wilson Jorge Diener, que está sendo processado criminalmente por possível envolvimento com a Multipack, de São José, acusada de sonegação de ICMS, não soube explicar porque seu nome apareceu em diversas ligações telefônicas entre os fiscais Luiz Grassia, Maria Luzia Rocha e Joedi Dall (já falecido), todos acusados de receberem propina da empresa.

Já o presidente da sindicância da Secretaria da Fazenda que apurou esquema semelhante na Incoplatic em Joaçaba, Wanderley Peres Lima, confirmou que a empresa transferiu irregularmente créditos tributários no valor aproximado de R\$ 5 milhões, para outras firmas como a Righesa, Igaras e Irani Celulose. Este valor se refere apenas a 30 notas encontradas em locais diferentes. Ainda faltam ser localizadas cerca de 35 outras, o que aumentaria o valor da

sonegação para R\$ 8,5 milhões. Também ficou comprovada a participação do ex-gerente da fiscalização naquele município, Luiz Agripino, e Cesar Filisbino, representante da CSC Consultoria no esquema idealizado pela Incoplatic.

Outro depoimento esclarecedor foi do ex-sócio majoritário da Multipack, João Soares de Melo. Confrontado com o também ex-sócio, Benito Carlos Duarte, que era minoritário, acabou reconhecendo que emitia valores abaixo dos reais no repasse do ICMS, porque sua empresa estava sofrendo sérias dificuldades financeiras, e ele necessitava de dinheiro para pagar empréstimo junto ao Besc em prestações mensais de R\$ 40 mil.

No último depoimento da semana, o promotor de Justiça de Pomerode, Odair Tramontin, afirmou que o ex-assessor do deputado federal João Pizzolatti (PPB), Odair Luiz Rosa, em declarações prestadas naquele município, confirmou que a esposa do parlamentar, Elke Pizzolatti, recebia mensalmente da Nilcatex Confecções, de Blumenau, e de seu proprietário Eldo Castelo Umbelino, cheque de R\$ 5 mil.

PLENÁRIO

Reassentamento ou indenização

Aprovada a admissibilidade da Emenda constitucional de autoria do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que acrescenta o artigo 197 na Constituição Estadual, determinando que “fica assegurado aos agricultores de boa fé assentados irregularmente pelo Estado em áreas indígenas, o reassentamento e/ou indenização, na forma da Lei”.

Sopelsa justifica a proposta ao informar que o tema foi discutido na Comissão de Agricultura em março deste ano, devido ao agravamento do conflito por posse de terra entre índios e agricultores no oeste do Estado, evento que contou com a participação do juiz federal de Chapecó, representantes da Funai e do Sindicato dos Trabalhadores rurais daquela cidade e de federações de agricultores. “Com a alteração na Constituição vai se abrir a possibilidade de um entendimento para a conclusão do conflito, mediante reassentamento e indenização aos agricultores



Deputado Moacir Sopelsa

que foram vítimas da ação ilegal do poder público. Além do amparo aos trabalhadores abrangidos no conflito, deve ser garantido o respeito aos povos indígenas que se sentiram ameaçados”, completou.

Educação tributária

Aprovado projeto de lei que institui o Programa de Educação Tributária, – PET/SC, voltado ao incentivo de atividades culturais e desportivas em Santa Catarina. Uma das promoções que o programa oferece é a campanha *Nota Solidária*, na qual o consumidor, a partir da exigência de notas fiscais poderá trocá-las por ingressos em teatros, shows, e torneios esportivos. “Precisamos desenvolver a conscientização das pessoas sobre a importância dos tributos para o Estado”, justifica o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), autor da matéria.

Segundo ele, o programa permitirá parcerias do governo com clubes de futebol, teatros e produtoras musicais. A Secretaria da Fazenda também poderá firmar convênio com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para emissão de ingressos ou convites. O parlamentar garante que haverá um incremento na receita estadual e o lançamento de novos programas e projetos pelo Estado, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

ZPE de Imbituba

Ao frisar que a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba está em final de obras e precisa de apoio dos políticos e da sociedade para entrar em atividade, o deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) sugeriu a criação de um painel com a participação da Fiesc e governo do Estado para discussão e definição de estratégias, assim como a formação de uma comissão parlamentar para traçar diretrizes.

Nesta semana o parlamentar solicitou a intervenção da bancada catarinense no Congresso Nacional, para que seja aprovada a Emenda 146/96, que permite às zonas de processamento de exportação negociarem 20% dos produtos fabricados no mercado nacional, o que torna a ZPE atraente ao empresariado. Lício informou que a emenda, que facilita a implantação de outras empresas na ZPE, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara Federal, tendo sido retirada da pauta em dezembro de 2000 pelo líder do governo, deputado Romero Jucá.

Disse que, segundo notícias veiculadas pela imprensa, há pontos obscuros nesta questão que nem mesmo o presidente do conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações quis se manifestar. Para que a ZPE de Imbituba

Atos de vandalismo

De autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB) foi aprovado projeto de lei que disciplina medidas educativas para crianças e adolescentes flagrados em atos de vandalismo contra o patrimônio público. Determina que o Poder Executivo oferecerá cursos com conteúdo relacionado à cidadania, direitos humanos e respeito ao patrimônio público aos jovens flagrados na infração.

Livro didático

Os livros didáticos adotados pelas escolas da rede pública estadual, dos ensinos fundamental e médio, deverão ser mantidos por, pelo menos, quatro anos letivos subsequentes. Neste sentido foi aprovado projeto de lei proposto pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB).

A matéria determina que, somente mediante prévia autorização do órgão central do Sistema Estadual de Educação, com fundamentada argumentação, será permitida a substituição do livro didático adotado pelas escolas. Blasi argumenta que o projeto quer garantir o acesso à educação das pessoas de baixa renda, já que há muitas reclamações sobre a rotatividade verificada na utilização de livros didáticos pelas instituições de ensino.



Deputado Lício Mauro da Silveira

possa entrar efetivamente em funcionamento há necessidade da vinda de pessoal qualificado da Receita Federal do Paraná, que tem a tarefa de verificar o término da primeira etapa e emitir o Certificado de Alfandagem da área.

Educação Profissional

Aprovado projeto de lei, de origem governamental, que dispõe sobre a criação do Conselho da Educação Profissional – Conep. Trata-se de órgão permanente de âmbito estadual vinculado à Secretaria da Educação, que tem por finalidade assessorar o Poder Executivo nas questões referentes às políticas, às diretrizes, às estratégias e à expansão da educação profissional no Estado.

Parque Nacional da Costeira de Zimbros

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) encaminhou mensagem ao Ministro do Meio Ambiente, pedindo providências e medidas para ouvir a comunidade local, antes da criação do Parque Nacional da Costeira de Zimbros, na foz do Rio Itajaí. Blasi alerta que “a participação dos diretamente envolvi-

dos pode contribuir no aprimoramento da proposta, propiciando o engajamento da comunidade no projeto. Por outro lado, a decisão unilateral causa desconforto entre os moradores do local, fazendo com que os mesmos não se sintam comprometidos com o que se pretende fazer”.

Energia solar

A realização de projetos para a implantação do uso da energia solar em pequenas residências foi solicitado pelo deputado César Souza (PFL) ao governador do Estado. Sugeriu que seja feita parceria entre a Celesc e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, já que ambas possuem departamentos especializados que já dispõem de estudos que indicam a viabilidade para implantação imediata de projetos de energia solar.

Conselheiros do Deter

Pedido de informação do deputado Adelor Vieira (PMDB) ao governador indaga sobre quem e quantos são os conselheiros designados para fazer o julgamento das multas do Deter. Quer saber quantos processos foram analisados nos últimos 12 meses e

qual o valor do geton pago aos conselheiros no mesmo período; quanto custa ao Estado a análise de multas pelos conselheiros, incluindo assessoria jurídica, fiscais, diárias e transportes e, conforme o regimento interno, quem é autorizado a assinar a notificação de multa.

Correção do FGTS

Os deputados Jaime Mantelli (PDT) e Rogério Mendonça (PMDB) estão reivindicando ao ministro da Fazenda e ao Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília medidas urgentes no sentido de solução definitiva do impasse gerado pelo não-pagamento dos juros dos *Planos Verão e Collor I*,

referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo eles, os recolhimentos para o FGTS foram regularmente efetuados pelos empresários nos termos da legislação, porém as perdas pela não-computação dos juros estão sendo amargadas pelos trabalhadores.

Proposições

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) à Comissão de Saúde, solicita a inclusão de Maravilha no roteiro das audiências públicas que serão realizadas no oeste do Estado.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao secretário dos Transportes e Obras requerendo providências no sentido de asfaltar a rodovia SC-445, que liga Urussanga a Siderópolis, num trecho de 12 Km.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) à direção da Telesc solicitando a instalação de telefones e a ampliação da rede de telecomunicação na Linha Toldo Velho, município de Ipuáçu.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao presidente da Casan pedindo a continuidade do convênio com a prefeitura de Balneário Barra do Sul.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador e autoridades estaduais sugerindo a realização de estudos para reabrir a Delegacia de Polícia de Morro da Fumaça.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) ao governador e a secretária da Educação solicitando medidas que possibilite uma maior oferta de cursos de informática em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador, indaga sobre a quantia devida pelo Estado a título de precatórios com o número de pessoas relacionadas para o recebimento, quem são os titulares do crédito, data do pagamento e valores entre outras.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao governador e à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando empenho para que se aprove projeto de criação e instalação da Vara da Justiça Federal no município de Caçador.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao chefe do DNER/SC pedindo a colocação de placas de sinalização nos trevos de acesso a Floranda, em São José.

Deputado Júlio Garcia (PFL) ao governador do Estado, solicita providências no sentido de viabilizar a implantação do acesso norte a Araranguá, incluindo a construção de um viaduto sobre a BR-101, uma ponte sobre o Rio Araranguá, além das alças do viaduto e vias de acesso.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando a instalação da Comarca de Araquari.

Deputado João Rosa (PTB) ao ministro da Fazenda e aos integrantes da Bancada Catarinense no Congresso Nacional solicita medidas que viabilizem a dedução dos gastos com medicamentos, lentes corretivas e aparelhos de audição, na declaração de ajuste do Imposto de Renda.

Deputado Manoel Mota (PMDB) encaminhou mensagem à diretora da Fatma, requerendo autorização para ampliação da empresa Marepesca – Indústria de Exportação e Importação Ltda, de Imaruí.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Governador pedindo a interiorização das atividades do Governo em Rio do Sul, para atender aos municípios da Região do Alto Vale do Itajaí.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) solicitou ao presidente da Telesc, a instalação de torre de telefonia celular para atender a comunidade de Santa Cecília.

Deputada Ideli Salvatti (PT) à Secretária da Educação solicitando cronograma de realização de cursos de formação e capacitação a serem oferecidos aos professores da rede pública no ano de 2001.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) está requerendo a realização de sessão solene, a realizar-se no mês de agosto próximo, para homenagear a passagem dos 50 anos da Rádio Marconi de Urussanga.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador e ao Secretário dos Transportes e Obras requerendo a inclusão da SC-413 que liga Guaramirim – Vila Nova (BR-101) numa extensão de 28 Km no Programa Rodoviário de SC – BID IV.

GERAL

Intercâmbio comercial com o Chile

Intensificar os contatos comerciais e o turismo entre Santa Catarina e o Chile é a tarefa na qual os membros da Comissão do Mercosul, presidida pelo de-

putado Ivan Ranzolin (PPB), estão empenhados como preparativo para o encontro da União Parlamentar do Mercosul (UPM), que será realizado naquele país nos dias

26 e 27 de julho, em Valparaíso. Nesta quarta-feira (6) a reunião contou com a participação de representantes da Fiesc, Santur e Epagri, que trouxeram informações sobre o potencial catarinense em diversos setores da economia.

A secretária-executiva de Comércio Exterior da Fiesc, Carla Veiga frisou que o Chile não deve ser tratado como membro pleno do Mercosul, mas um parceiro importante no comércio e na infraestrutura aérea e portuária.

Turismo – O presidente da Santur, Flávio Coelho, pregou a necessidade da instalação de um voo semanal entre Santiago e Florianópolis

e informou que problemas de alfandegamento inviabilizam os cruzeiros marítimos através dos portos catarinenses.

Vinhos – Jean Pierre Rosier, da Epagri, informou que o Chile é o único país do mundo que não trabalha com enxerto nas uvas, condição que o faz produzir apenas vinhos finos, tornando-se um parceiro ideal para o aprimoramento da produção em SC.

Também fazem parte da comissão e questionaram os convidados em virtude da viagem ao Chile os deputados Jaime Mantelli (PDT), Gelson Sorgato (PMDB), João Rosa (PTB) e Moacir Sopelsa (PMDB).



Rosier e deputado Ranzolin

(foto Jonas Lenhos Campos)

Escola do Legislativo inicia debates

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), abriu oficialmente na última sexta-feira (1º) em Joaçaba, o Ciclo de Debates da Escola do Legislativo. O órgão é presidido pelo 1º vice-presidente da AL, deputado Gilmar Knaesel (PPB). A escola foi criada em dezembro do ano passado com a finalidade de implantar um espaço acadêmico institucional para proporcionar aos deputados, vereadores e servidores, o aperfeiçoamento das atividades legislativas.

“Os legisladores - estaduais e municipais - são os legítimos representantes do povo, e é fundamental que possam aprofundar suas atividades”, declarou Agostini durante a abertura dos trabalhos.

Segundo Knaesel o objetivo é promover a discussão de temas da realidade dos municípios, como LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Técnica Legislativa e Procedimentos Legislativos. Outro

tema abordado e que foi muito bem recebido pelas câmaras de vereadores foi a Interlegis, um programa implantado recentemente, que integra através da Internet, as Assembleias Legislativas e as câmaras municipais com o Senado da República.

Ao todo, este Ciclo de Debates percorrerá nove municípios-pólo de Santa Catarina durante o mês de junho. A Escola do Legislativo esteve nesta semana em Chapecó e Canoinhas nos dias 6 e 7. Nesta sexta-feira os debates ocorrem em Joinville, sendo Florianópolis no dia 18, Curitiba (21), Criciúma (22), Rio do Sul (28) e Blumenau (29).

Lançamento

Tendo ocupado as funções de procurador-geral e secretário de Administração do Estado, o advogado e professor da UFSC Paulo Medeiros Vieira lançou nesta quarta-feira (6) na Assembléia, pela Editora Insular, o livro *Versão provisória da lenda do Santinho*. Novela ambientada no norte da Ilha de Santa Catarina, o livro mistura história e ficção, personagens e cenas reais, às vezes recriados e/ou reinventados.

A apresentação de Emanuel Medeiros Vieira sinaliza que a obra é marcada pela memória, pois na “aldeia” está configurado todo o universo dos seres humanos: o bêbado, o professor, o motorista, a costureira, o dono da venda, os vizinhos, a vida enfim.

Agenda

Dia 11, às 16h – Audiência pública sobre os denominados terrenos de marinha, proposta pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB).
Local: Plenário

Dia 11, às 19h30min – “Retratos de Santa Catarina” – Arte, cultura e tradições de Pinheiro Preto (Meio Oeste).

Local: Hall da Assembléia

Dia 12, às 8h30min – Reunião da Comissão de Agricultura para discutir o projeto das taxas de sanidade animal. Presença do secretário de Agricultura, Odacir Zonta.

Local: Sala das Comissões

Dia 12, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Justiça sobre a usina Dona Francisca.

Local: Sala das Comissões

Dia 13, às 9h30min – Sessão Solene em comemoração aos 141 anos de emancipação político-administrativa de Itajaí.

Local: Sociedade Guarani, em Itajaí

Dia 13, às 14h – Reunião da Comissão Parlamentar Externa (CPE) da regulamentação da velocidade de motocicletas.

Local: Sala das Comissões

Dia 13, às 14h – Audiência pública da Comissão de Transportes para discutir o transporte marítimo na Grande Florianópolis.

Local: Plenarinho